

**PROGRAMA DE BOLSA DE PÓS-DOCTORADO VINCULADA AO PROJETO
TEMÁTICO: BRASIL, 25 ANOS DE DEMOCRACIA - BALANÇO CRÍTICO:
POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES, SOCIEDADE CIVIL E CULTURA
CÍVICA – 1988/2013**

**“Consenso e Representação na Democracia Brasileira: Uma Análise Individual e
Sistêmica do Apoio às Instituições de Representação Política”**

NOME DO SUPERVISOR: José Álvaro Moisés

INSTITUIÇÃO SEDE: Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de
São Paulo

CANDIDATA: Gabriela de Oliveira

RESUMO

Como os eleitores percebem as instituições de representação política e qual o papel que o modelo consensual de democracia desempenha na intermediação dessa percepção? Entre os modelos de democracia definidos por A. Lijphart (1984) será possível identificar alguma vantagem no modelo consensual de democracia na produção de apoio às instituições políticas de representação? Há consenso na literatura sobre cultura política no Brasil de que o apoio do público à democracia e às suas instituições constitutivas encontra-se em nível acentuadamente baixo quando comparado ao apoio manifestado pelo público de países de democracias consolidadas e mesmo de outros países da América Latina, indicando o caráter pouco consolidado de valores democrático entre os eleitores brasileiros. A maioria destas comparações, entretanto, ocorre sem considerar as diferenças nos desenhos institucionais dos países que são objeto da comparação. O presente estudo incorpora a dimensão institucional na análise comparada da cultura política e analisa como a percepção das instituições de representação política pode ser construída pelo modelo de democracia consensual.

INDICE

1. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS	3
2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	4
3. FUNDAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS	5
3.1. Instituições Representativas e Legitimidade	5
3.2. Cultura Política e Legitimidade	6
3.3. Neoinstitucionalismo e Legitimidade	9
4. HIPÓTESES DE TRABALHO	11
5. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA	15
6. CRONOGRAMA DE RESULTADOS PREVISTOS	16
7. JUSTIFICATIVA PARA A BOLSA DE PÓS-DOCTORADO	17
8. JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO	17
9. BIBLIOGRAFIA	18

1. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS

- 1- O objetivo geral deste projeto de PD é avaliar o impacto do modelo de democracia consensual\majoritária no apoio do público às instituições democráticas, especialmente, os partidos políticos.

Entre os objetivos específicos destacam-se:

- 2- Organizar um banco de dados em SPSS contendo dados individuais de atitudes, opiniões e valores do público acerca das instituições de representação política. Serão incluídos neste banco amostras dos indivíduos de democracias consolidadas e não consolidadas e com arranjos institucionais de tipo majoritário e consensual, segundo os modelos descritos por A. Lijphart (1984).
- 3- Elaborar um índice de adesão do público às instituições de representação políticas que permita comparar atitudes e valores em diferentes sistemas políticos.
- 4- Avaliar, em nível individual, se os “vencedores” do sistema político de tipo consensual, (isto é, aqueles indivíduos que votaram, que apoiam os partidos da coalizão vencedora, ou que apoiam o presidente) tendem a apoiar mais as instituições representativas, quando comparados aos perdedores.
- 5- Avaliar, em nível sistêmico, o padrão existente nos níveis de apoio às instituições representativas entre democracias com arranjos consensuais e democracias com arranjos majoritários. A suposição é a de que modelos consensuais produzem menores índices de apoio às instituições representativas do que modelos majoritários.

2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A democracia representativa é a forma hegemônica de regime nos países de maior renda e escolaridade do mundo. Mesmo em regiões onde sempre foram relativamente raras e instáveis, como na América Latina, no Leste Europeu e na Ásia, o número de democracias que contam com algum tipo de competição partidária e que possibilitam a transmissão/alternância de poder entre governo e oposição com alguma periodicidade aumentou significativamente entre 1950 e 1990 (PRZWORSKI et alii, 2000: 39).

Existe um claro consenso na literatura sobre cultura política no Brasil de que o apoio do público à democracia e às suas instituições constitutivas - partidos políticos, congresso e judiciário, entre outras – encontra-se em um nível acentuadamente baixo quando comparado ao apoio manifestado pelo público de países de democracias consolidadas ou mesmo de outros países da América Latina.

Uma visão rápida de alguns dados do Latinobarômetro revela que grande parte do público no Brasil confia pouco nos partidos políticos e no Congresso Nacional e acha que a democracia possa existir sem estas instituições representativas. No levantamento de 2004 do Latinobarômetro apenas 22,8% dos brasileiros confiavam nos partidos políticos e 36,5% confiavam no Congresso Nacional. Rodadas anteriores da pesquisa (2002) indicam que 41% dos brasileiros concordaram com a afirmação de que a democracia poderia funcionar sem partidos políticos enquanto 38% concordaram com a afirmação de que a democracia poderia funcionar sem Congresso Nacional.

Esses dados simples geralmente são utilizados em comparações que mostram o caráter pouco consolidado de valores democrático entre os eleitores brasileiros (MOISÉS, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008). A maioria destas comparações, no entanto, ocorre sem que sejam consideradas as diferenças nos desenhos institucionais dos países que são objeto da comparação.

Como projeto vinculado à pesquisa BRASIL, 25 ANOS DE DEMOCRACIA - BALANÇO CRÍTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES, SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA – 1988/2013, o presente estudo irá contribuir de modo

inovador ao incorporar a dimensão institucional no estudo comparado da cultura política. Em particular pretende-se analisar como a percepção das instituições de representação política é afetada pelo modelo de democracia vigente no país. Nesse sentido, o estudo apóia-se no argumento de Norris (1999) segundo o qual, o desenho institucional de tipo consensual tem um efeito direto na construção da percepção dos eleitores com relação às instituições políticas na medida em que este maximiza o número de “vencedores” no sistema político. Nessa linha, este estudo pretende avaliar o impacto do modelo consensual na ampliação do número de “vencedores” do sistema político e testar sua influência no apoio dirigido às instituições representativas.

Entre as instituições de representação política que serão analisadas será dado destaque aos partidos políticos, em função do seu papel central como agentes da representação e da canalização das demandas políticas desde os estágios iniciais da democracia de massa no séc XIX (SARTORI, 1976). Embora existam muitos estudos que apresentem evidências globais do enfraquecimento organizacional dos partidos com relação às décadas anteriores é correto afirmar que suas funções nos regimes democráticos permanecem inalteradas. Nesse sentido, o conhecimento do padrão de apoio aos partidos políticos no Brasil, tomado aqui como um importante *proxy* do apoio às instituições de representação política, irá contribuir para iluminar um aspecto importante acerca do funcionamento da democracia representativa no país.

3. FUNDAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

3.1. Instituições Representativas e Legitimidade

Estudos recentes têm diagnosticado quedas globais nos níveis de apoio dirigido aos partidos políticos, tanto nas democracias antigas quanto nas democracias mais recentes. São vários os indicadores do declínio deste apoio: queda nos níveis de identidade partidária em democracias estabelecidas (DALTON, 1999; DALTON e WATTENBERG, 2002) e também em democracias mais recentes (DALTON e WELDON, 2007); altos índices de volatilidade eleitoral na América Latina (ROBERTS e WIBBELS, 1999; MAIWARING E ZOCO, 2007) e queda global nos índices de confiança nas instituições representativas (NORRIS, 1999).

Na América Latina, muitos autores têm associado as ondas recentes de neopopulismo à debilidade dos partidos políticos na região (WEYLAND, 1999; ROBERTS, 2003; MAIWARING e TORCAL, 2005) indicando a existência de uma crise de legitimidade do sistema partidário nestes países.

Segundo estes autores, em sistemas onde os partidos políticos são fracos, existe uma grande propensão do público em apoiar líderes *outsiders*, que entram na política com um discurso antipolítico, de denúncia das instituições “corruptas” do *establishment*, incluindo aí os partidos políticos tradicionais. Soma-se a adoção dessa estratégia política, a qual pode ser caracterizada como populista, a presença de demandas eleitorais que muitas vezes não são carreadas pelos partidários tradicionais e que podem até mesmo se converter em fatores de desestabilização institucional (CARNEIRO, 2009).

3.2. Cultura Política e Legitimidade

As explicações contemporâneas sobre os problemas que afetam os vínculos entre partidos políticos e eleitores podem ser divididas em duas grandes linhas de pesquisa com vários matizes internos em cada uma dessas tradições: a linha neoinstitucionalista e a linha de cultura política. É possível reconhecer ainda que essas linhas, por sua vez, apresentam abordagens sobre o problema dos vínculos entre partidos e eleitores em dois níveis analíticos: o nível individual e o nível sistêmico.

Com relação aos estudos “culturalistas” o enfoque sistêmico aponta, por exemplo, para questões como as mudanças nos valores das sociedades industriais avançadas, que passaram de uma ênfase *materialista*, na qual a sociedade confere prioridade para os aspectos econômicos e a segurança física, para a adoção de valores *pós-materialistas*, fundamentada na valorização da liberdade de expressão e na autonomia individual (INGLEHART, 1990). Esta mudança teria sido suscitada pelo processo de modernização das SIAs (Sociedades Industriais Avançadas) portanto, é o desenvolvimento econômico que aparece no centro da explicação das mudanças no comportamento político da população e das diferenças nos valores políticos entre países.

Os efeitos da modernização no sistema político podem ser observados no aparecimento de novas linhas de clivagens políticas, o que significa, na prática, a emergência de novos temas (clivagens) na política nas SIAs, como meio-ambiente, desarmamento unilateral, feminismo e oposição ao poder nuclear e, conseqüentemente, o surgimento de novos grupos políticos (fundamentalmente os partidos Ecologistas europeus, capazes de absorver a crescente onda de demanda por estes temas que antes eram pouco relevantes.

Desde os anos 70, em função destas mudanças culturais profundas impulsionadas pela modernização, as políticas ocidentais teriam se tornado mais polarizadas segundo a oposição materialista/pós-materialistas, antes marcadas pela divisão de classes (INGLEHART, 1987). Uma das conseqüências desta mudança no comportamento político seria, justamente, a diminuição da identidade política relacionada a partidos tradicionais, explicando a estagnação ou declínio dos partidos Marxistas de 1960 e meados de 70 e o crescimento, principalmente, dos partidos ecologistas. Essas mudanças sistêmicas, associadas à emergência do pós-materialismo, como vimos no exemplo citado, são apontadas como uma das principais causas do enfraquecimento dos vínculos dos eleitores com os partidos tradicionais (DALTON, 2002).

Este é um exemplo de como, na literatura de cultura política, processos que ocorrem no nível individual (o enfraquecimento dos vínculos com os partidos tradicionais) podem ter uma causa sistêmica (a alteração das condições materiais das sociedades).

O mesmo processo pode ser analisado no nível individual. Ainda com base no exemplo da teoria pós-materialista, a erosão dos vínculos entre eleitores e partidos tem sido também estudada levando-se em conta uma cadeia de causalidade que tem variáveis operacionalizadas exclusivamente no nível individual. Na *hipótese da socialização*, por exemplo, a educação formal e a idade são fatores que podem ser relacionados às mudanças do comportamento político individual (INGLEHART, 1990). Essa hipótese postula que os valores ‘primários’ (*early-instilled*) refletem as condições socioeconômicas nas quais os indivíduos se socializaram em estágios iniciais de sua vida. E as experiências adquiridas no período de vida pré-adulto seriam responsáveis pela formação dos valores essenciais que estes indivíduos possuirão ao longo de suas vidas.

A implicação dessa hipótese no surgimento do pós-materialismo, ao contrário do exemplo anterior, dever-se-ia principalmente à socialização dos indivíduos. Explica-se: em seu contexto histórico específico, a hipótese estabelece que os indivíduos que experimentaram, na idade pré-adulta, a fase próspera da economia do pós-guerra seriam justamente aqueles que durante a década de 60, já em idade adulta, priorizariam as questões não-materiais, como liberdade de expressão e feminismo.

Neste segundo exemplo, o mesmo processo, o enfraquecimento dos vínculos com os partidos tradicionais, é explicado com base em causas que também ocorrem no nível individual (o processo de socialização). Vejamos alguns exemplos de como operam cognitivamente os mecanismos causais nesse tipo de análise.

O primeiro mecanismo é a escolaridade. O aumento da escolaridade, entre outros fatores, pode ter um impacto na capacidade individual de obtenção de informação política, tornando os cidadãos mais autossuficientes e diminuindo a importância dos partidos na tarefa de prover informação aos eleitores (INGLEHART, 1990; DALTON e WATTENBERG, 2002; DALTON, 2006).

O segundo mecanismo é atribuído à herança geracional. Converse (1976) supõe que os jovens de democracias estáveis geralmente herdaram alguma lealdade partidária de seus pais – processo chamado de “*partisan push*”. Ao tornarem-se eleitores, a experiência repetida com sistemas partidários estáveis ao longo do ciclo de vida tenderia a fortalecer o vínculo inicialmente herdado dos pais (DALTON, 2007: 06). Em democracias mais recentes, no entanto, os jovens tenderiam a apresentar vínculos partidários muito fracos, pois não teriam herdado o “*partisan push*” de seus pais. Vínculos com partidos políticos neste caso tenderiam a surgir ao longo do ciclo de vida destes indivíduos, mas mesmo assim, permaneceriam fracos, uma vez que o processo de aproximação partidária na vida pré-adulta foi muito precário. Esse modelo explicaria as diferenças observadas no apoio partidário entre jovens e adultos dentro de uma mesma sociedade e entre democracias recentes e democracias estabelecidas há bastante tempo.

Segundo Dalton (2007) os jovens, mesmo nas democracias de maior tempo de vida, estão cada vez menos vinculados aos partidos políticos herdados de seus pais no

início de sua experiência eleitoral, o que tem enfraquecido os vínculos partidários ao longo da vida adulta. O mesmo fenômeno parece ocorrer em democracias mais recentes, onde as gerações mais antigas nem mesmo tiveram a chance de desenvolver laços partidários muito fortes, como tem mostrado os trabalhos de Sánchez (2003) e Hagopian (1998) sobre América Latina e os trabalhos de Brader e Tucker (2001) e Miller et al., (2000) sobre Europa do Leste (cf.: DALTON, 2007:11).

Para sintetizar, em nível sistêmico a explicação da cultura política sobre apoio às instituições representativas normalmente recorre às diferenças entre “índices de modernização” como PIB para explicar diferenças nos valores e atitudes políticas dos cidadãos entre democracias avançadas e recentes. Em nível individual, decorrente da ‘hipótese da socialização’, os estudos explicam diferenças no comportamento com a utilização de 2 (duas) variáveis sociodemográficas centrais - a educação formal e a idade. A primeira, porque altos níveis de escolaridade estariam relacionados ao afastamento individual em relação às instituições representativas, uma vez que estes indivíduos seriam “autossuficientes” politicamente, isto é, capazes de se informar sozinhos sobre processos políticos, tornando secundário o papel de partidos políticos neste processo. A segunda variável, idade, é utilizada para demonstrar e explicar as diferenças nos vínculos partidários entre diferentes gerações da mesma sociedade e também as diferenças encontradas entre democracias mais antigas e mais recentes.

3.3. Neoinstitucionalismo e Legitimidade

As hipóteses tomadas da cultura política sobre a crise de legitimidade das instituições representativas, principalmente os partidos, tanto em nível individual quanto em nível sistêmico contrastam com os fatores abordados pelos estudos institucionalistas. Neste campo, os baixos níveis de apoio dirigidos às instituições representativas são atribuídos às estruturas institucionais nas quais as atitudes e preferências políticas do público são formadas (ANDERSON e GUILORY, 1997; ANDERSON e TVERDOVA, 2001; NORRIS, 1999; NORRIS, 2004; HUBER et al., 2005).

Norris (1999) afirma, por exemplo, que uma teoria sobre a formação de uma cultura de confiança nas instituições políticas deve situar as atitudes individuais no contexto

institucional, pois este retrata nossa experiência política acumulada. Deste ponto de vista, a abordagem analítica, em nível individual, defende que os sentimentos gerados por experiências institucionais acumuladas referem-se, fundamentalmente, ao jogo de alternância de partidos no poder. Nesse sentido, as experiências de derrotas e vitórias sucessivas dos partidos gerariam orientações em direção ao regime: uma pessoa apoiará mais positivamente um sistema político se as regras do jogo garantirem que o partido de sua preferência chegue o poder, gerando sentimentos positivos com relação aos mesmos e às instituições públicas de um modo geral. De outro lado, ao presenciar a derrota de seu partido em eleições sucessivas ela provavelmente sentirá que sua capacidade de influência está excluída do processo decisório – o que resultaria em um sentimento de insatisfação com as instituições políticas. Por outro lado, se os arranjos institucionais tiverem sucesso em viabilizar o canal entre o governo e a população, estes serão capazes de promover um apoio difundido às instituições políticas.

A hipótese individual central que decorreria deste processo estipula que a confiança nas instituições políticas varia entre os “perdedores” e os “vencedores” do sistema político. Assim, os “vencedores” do sistema político apresentariam maiores índices de apoio às instituições políticas do que os “perdedores”.

Em nível sistêmico, apoiada nas suposições do estudo de Anderson e Guilory (1997), o objetivo de Norris (1999) é testar se o desenho institucional de tipo consensual (LIJPHART, 1984) maximiza o número de “vencedores” do contexto eleitoral, o que produziria níveis mais altos de confiança institucional quando comparado aos resultados produzidos pelos arranjos de tipo majoritário, em que a coalizão vencedora é sempre menor do que no arranjo consensual.

O estudo de Anderson e Guilory (1997) compara satisfação com a democracia entre sistemas majoritários e consensuais de países da Europa Ocidental. As hipóteses centrais deste estudo definem duas suposições gerais, tanto em um nível analítico individual quanto em nível sistêmico. Em nível individual, o apoio ao sistema seria influenciado pelo fato de a pessoa estar entre os ‘perdedores’ ou entre os ‘vencedores’ das eleições; em nível sistêmico este processo seria mediado pelo tipo de democracia (majoritária ou consensual, nos termos de Lijphart).

Para Anderson e Guilory em democracias majoritárias, os vencedores que apoiam o partido do governo expressam muito mais satisfação com a democracia do que os perdedores. De outro lado, em democracias consensuais a satisfação com a democracia é mais bem distribuída entre vencedores e perdedores, pois ela proporciona maior inclusão de minorias políticas junto ao processo decisório.

É importante destacar que os estudos anteriores recorrem tanto ao nível individual de análise (quando tomam a oposição vencedores/perdedores do sistema para explicar o apoio) quanto ao nível sistêmico (quando opõem os arranjos institucionais majoritários/consensuais como propulsores da legitimidade em instituições públicas. É no âmbito desta discussão sobre o papel que variáveis institucionais desempenham na determinação do apoio e na formação da percepção dos eleitores às instituições de representação política, que se situam as hipóteses deste estudo, as quais serão especificadas a seguir.

4. HIPÓTESES DE TRABALHO

Com base nas teses institucionalistas, formula-se a seguinte primeira hipótese:

1. em nível individual, os “vencedores”, (isto é, aqueles indivíduos que votaram, que apoiam os partidos da coalizão vencedora, ou que apoiam o presidente) tendem a apoiar mais as instituições representativas, quando comparados aos perdedores.

Norris (1999), Anderson e Guilory (1997), Anderson e Tverdova (2001) e Anderson e LoTiempo (2002) mostram evidências com base nos resultados do *World Values Survey*, *Eurobarômetro* e do *National Electoral Study* (EUA) de que apoio e confiança nas instituições políticas é, de fato, maior entre os “vencedores” no sistema político (aqueles que votaram ou que apoiam o partido ou a coalizão do candidato vencedor) do que entre “perdedores”.

A variável “vencedores” utilizada por Norris (1999) é construída com base na intenção de votos dos respondentes e com base no apoio aos partidos que compunham a coalizão

vencedora no governo. Com base em modelo individual de regressão por mínimos quadrados com dados de 25 democracias do *World Values Survey* de 1990-3 o estudo aponta para uma relação significativa no sentido esperado entre confiança nas instituições política e indivíduos que foram classificados como vencedores. Por isso, a autora conclui que “evaluations of the political regime reflect our experience of whether we are winners or losers over successive elections, defined by whether the party we endorse is returned to government” (NORRIS, 1999: 234).

O estudo de Anderson e LoTempio (2002) com base em surveys e dados eleitorais do *American National Electoral Studies* de 1972 e 1996 demonstram empiricamente que o efeito “vencedores” do sistema (medido pelo voto presidencial) afeta sistematicamente a confiança dos cidadãos nas instituições políticas. Ao contrário, os ‘perdedores’ das eleições presidenciais demonstram níveis mais baixos de confiança, mesmo quando são ‘vencedores’ da maioria no Congresso.

A hipótese sobre o efeito dos vencedores no apoio às instituições está amplamente relacionada com processos sistêmicos, pois a dinâmica da alternância entre vencedores e perdedores no sistema político dependeria dos incentivos gerados pela configuração institucional de um país. Decorre que a segunda hipótese do trabalho estipula que:

2. em nível sistêmico, espera-se que haja diferenças nos níveis de apoio às instituições representativas entre democracias com arranjos consensuais e democracias com arranjos majoritários. A suposição é a de que modelos consensuais produzem menores índices de apoio às instituições representativas do que modelos majoritários.

Na literatura, parece haver uma discordância maior com respeito ao impacto que democracias consensuais possam produzir nas atitudes do público. O estudo de Norris (1999) oferece uma explicação resumida sobre os efeitos positivos que são esperados de cada arranjo constitucional de tipo consensual sobre a confiança em instituições políticas. Em resumo, seguindo as suposições discutidas por Liphart (1984), o esperado é que a confiança nas instituições públicas sofra impacto positivo do sistema parlamentar em vez do presidencialismo; do federalismo, em vez do Estado unitário; do

multipartidarismo moderado ou bipartidarismo face ao pluripartidarismo; de um sistema eleitoral proporcional em vez de majoritário ou misto.

Todas estas configurações institucionais, que normativamente, reforçariam e teriam correlação com a confiança nas instituições políticas, diminuiriam a diferença na satisfação política entre perdedores e vencedores, pois se tratam de mecanismos que protegem a representação política dos perdedores (ou das minorias) ao garantir maior alternância de maiorias e minorias no governo e permite que partidos importantes (ou a maior parte desses) participem da coalizão governamental.

Alguns autores, no entanto, têm uma visão negativa acerca do impacto do modelo de democracia consensual na formação de vínculos entre o público e as instituições representativas, pois as regras eleitorais e partidárias desse modelo seriam muito permissivas (MAIWARING, 1991; LAMOUNIER e SOUZA, 1991, LAMOUNIER, 1992) criando grandes obstáculos ao aprofundamento de raízes partidárias na sociedade (MAIWARING, 1991).

O caso brasileiro, analisado por Maiwaring (1991) ilustra bem a visão acerca do impacto negativo do arranjo consensual na percepção dos eleitores: em resumo, segundo este autor, as regras do sistema eleitoral conduziriam os eleitores a escolherem representantes com base em seus atributos e qualidades individuais e não em função de sua filiação partidária. A fraqueza do sistema eleitoral brasileiro permitiria, em primeiro lugar, o aparecimento de um grande número de partidos políticos o que dificultaria a identificação eleitoral dos candidatos com as respectivas legendas que representam. Em segundo lugar, o sistema é fraco também no uma vez que permite uma intensa troca de partidos entre políticos após a conquista do mandato, o que potencialmente aumenta o ceticismo dos eleitores com relação às legendas partidárias, pois demonstra que políticos profissionais não são fiéis às suas legendas.

Retomando o estudo de Pippa Norris, embora sua hipótese sistêmica estabeleça um sentido positivo entre instituições consensuais e confiança nas instituições políticas, seus achados apontam para outra direção, pois apenas o parlamentarismo e o sistema partidário moderado aumentam a chance de ocorrência de confiança institucional. As

demais variáveis institucionais (o federalismo e o sistema proporcional) também são estatisticamente significantes, mas sua influência ocorre em sentido inverso, ou seja, diminuem a chance de ocorrência da confiança institucional. Sua conclusão é a de que

institutional arrangements are significantly related to political support: majoritarian electoral systems and moderate multi-party systems, in particular, tend to generate slightly higher levels of institutional confidence than alternative arrangements (NORRIS, 1999: 234).

Minha hipótese central, a qual envolve variáveis sistêmicas, foi estabelecida a partir da suposição de que o modelo consensual de democracia afeta negativamente o apoio do público às instituições representativas, o que explicaria a natureza dos vínculos fracos entre as instituições representativas e os representados no Brasil. No entanto, embora o modelo consensual possa ter um impacto negativo no âmbito eleitoral, a minha aposta analítica é que o caráter consensual de nosso modelo democrático (na acepção de Lijphart) desempenha um papel relevante no âmbito governamental, atuando como um fator de estabilização do sistema político. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que o modelo consensual dificulta a formação de identidades com as instituições representativas e abre caminho para o personalismo na representação, ele modera o poder executivo em função da presença de mecanismos constitucionais de controle que são atribuídos ao judiciário e ao legislativo, garante poder de veto às minorias e articula um sistema multipartidário a um governo formado por uma ampla coalizão de forças. Em poucas palavras: este é um desenho constitucional que limita o poder da maioria - o que é uma característica extremamente desejável quando se tem que lidar com um movimento de maioria que parece ter se cansado do argumento de que a minoria precisa ter os seus direitos respeitados, principalmente em um país onde há vínculos muito rarefeitos entre representados e instituições representativas e uma forte predisposição do público em apoiar lideranças centralizadoras, como é o caso do Brasil (CARNEIRO, 2009).

5. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos da pesquisa, em um primeiro momento, serão explorados dados de diferentes pesquisas de opinião pública realizadas no Brasil, em particular a realizada pelo NUPSS em 2006, “*A Desconfiança dos cidadãos das Instituições Democráticas*”, e o survey atual da pesquisa “*Brasil, 25 anos de democracia - balanço crítico: políticas públicas, instituições, sociedade civil e cultura cívica – 1988/2013*” . Dados sobre confiança nos partidos e no Congresso Nacional, importância atribuída aos Partidos e Congresso e sentimentos de proximidade com partidos políticos permitirão estabelecer um diagnóstico preciso e atual acerca do padrão de apoio dos representados às instituições de representação centrais da Democracia. A partir destas questões elaborar-se-á o Índice de Apoio às Instituições Representativas para compor a variável dependente.

Como variáveis independentes, serão utilizadas, em nível individual, o partido apoiado e o voto presidencial como *proxies* da variável “vencedores”. A educação formal e a idade serão utilizadas como variáveis de controle

Em um segundo momento, com o intuito de avaliar o impacto do desenho consensual de democracia na percepção do público sobre as instituições representativas, será necessário avaliar, comparativamente, a influência dos arranjos institucionais - de tipo consensual e majoritário - na percepção do público em diferentes democracias. Como variáveis de controle serão utilizados índices de desenvolvimento socioeconômicos (como PIB, PNB, Índice de Gini, e IDH). Para tanto, serão analisadas em uma abordagem comparada, as seguintes pesquisas de opinião:

1. As quatro ondas mais recentes do *World Values Survey*, aplicadas entre 2005 e 2008;
2. As oito rodadas do *Latinobarômetro* realizadas entre 1996 a 2004 em 16 países da América Latina;

3. As rodadas do AmericasBarometer- LAPOP realizada entre 2004-10 em 20 países (inclusive EUA, Canadá e países do Caribe).
4. As rodadas do Eurobarômetro realizadas entre 2003 a 2011.

As características institucionais serão retiradas das seguintes fontes principais:

1. Lijphart Elections Archives, UCSD Social Science and Humanities Library;
2. Cox, G. Making Votes Count (1997), Cambridge University press.
3. Democratic Electoral Systems Around the World, 1946-2000 (Golder, M. (2005) Electoral Studies, n 24, 103-121)
4. World Encyclopedia of Parliaments and Legislatures, Kurian, G. T. CQ press 1998.

6. CRONOGRAMA DE RESULTADOS PREVISTOS

Atividade/Tempo	2012	2013		2014
	Ago-Dez	Jan-Jun	Jul-Dez	Jan-Ago
Pesquisa Bibliográfica	X			
Organização de Dados	X			
Análise dos Dados		X	X	
Discussão dos Resultados			X	X
Participação em Reuniões e Seminários Internos	X	X	X	X
Participação em Seminários Internacionais Realizados no NUPPs	X	X	X	X
Participação em Congressos Realizados no NUPPs	X		X	
Relatórios	X	X	X	X
Elaboração de Artigo Científico com os Principais Resultados da Pesquisa				X

7. JUSTIFICATIVA PARA A BOLSA DE PÓS-DOCTORADO

A bolsa de pós-doutorado ora pleiteada e vinculada ao projeto temático BRASIL, 25 ANOS DE DEMOCRACIA - BALANÇO CRÍTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES, SOCIEDADE CIVIL E CULTURA CÍVICA – 1988/2013 irá contribuir tanto em aspectos metodológicos como de conteúdo ao projeto como um todo, dada minha ampla formação em metodologia quantitativa de pesquisa e minha concentração em estudos institucionais e de cultura política focados na temática sobre apoio às instituições políticas de representação.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO

No âmbito do projeto temático o projeto apresentado permitirá avaliar a qualidade da representação numa perspectiva que integra a cultura política dos representados de democracias com diferentes arranjos institucionais, particularmente no Brasil, e a influência de modelos de democracia na formação da cultura política. A literatura especializada trabalhou as questões de forma separada mediante estudos institucionalistas de produção legislativa orientados, sobretudo, pela questão da governabilidade e divisão de poderes; de trabalhos oriundos da crítica da estrutura da desigualdade, ora refletida na representação política e, finalmente, em pesquisas de cultura política, especialmente no que tange o apoio popular às instituições políticas.

Além disso, em termos de balanço crítico da Democracia no Brasil, o projeto prevê a revisão e análise da bibliografia produzida sobre o perfil do comportamento eleitoral no Brasil e no mundo, sistematizando as principais hipóteses discutidas pela literatura nas últimas duas décadas com uma análise ancorada em amplo levantamento de dados comparados.

9. BIBLIOGRAFIA

Anderson, Christopher and Christine A. Guilory (1997) 'Political Institutions and Satisfaction with Democracy', *American Political Science Review* 91(1): 66-81.

Anderson, Christopher and Andrew LoTiempo (2002) 'Winning, Losing and Political Trust in America', *British Journal of Political Science* 32(2): 335-351.

Anderson, Christopher and Yulya Tverdova (2001) 'Winners, Losers and Attitudes About Government in Contemporary Democracies', *International Political Science Review* 22(4): 321-338.

Carneiro, Gabriela de O. Piquet (2009) *A Nova Maioria: Determinantes do Apoio Político ao Neopopulismo na América Latina*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP

Converse, Philip (1976) *The Dynamics of Party Support*. Beverly Hills, CA: Sage.

Dalton, Russell (2002) 'The Decline of Party Identification', in Russell Dalton and Martin Wattenberg (eds) *Parties without Partisans*. Oxford: Oxford University Press.

Dalton, Russell (2006) 'Partisan Mobilization, Cognitive Mobilization and the Changing American Electorate', *Electoral Studies* 25: 1-13.

Dalton, Russell and Martin Wattenberg (eds) (2002) *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

Dalton, Russell and Steven Weldon (2007) 'Partisanship and Party System Institutionalization', *Party Politics* 13(2): 179-96.

Huber, John; Georgia Kernell and Eduardo Leoni (2005) 'Institutional Context and Party Attachments in Established Democracies', *Political Analysis* 13: 365-86.

Inglehart, Ronald (1987) 'Value Change in Industrial Societies', *American Political Science Review*, 81 (4): 1290-1303.

Inglehart, Ronald (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, NJ: Princeton University Press

Lamounier, Bolivar e Amaury de Souza (1991) 'Democracia e Reforma Institucional no Brasil: Uma Cultura Política em Mudança', *Dados* 34(3): 311-347.

Lamounier, Bolivar (1992) 'Estrutura Institucional e Governabilidade na Década de 1990', in João Paulo dos Reis Velloso (org), *O Brasil e as Reformas Políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Liphart, Arend (1984) *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Haven: Yale University Press.

Mainwaring, Scott P (1999) *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV

Mainwaring, Scott, and Mariano Torcal (2005) 'Teoria e Institucionalização dos Sistemas Partidários Após a Terceira Onda de Democratização', *Opinião Pública* 11(2): 249-86.

Mainwaring, Scott, and Edurne Zoco (2007) 'Political Sequences and Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies', *Party Politics* 13(2): 155-78.

Moisés, José Álvaro (2005) 'A Desconfiança nas Instituições Democráticas', *Opinião Pública* 11(1): 33-63.

Moisés, José Álvaro and Gabriela de O. Piquet Carneiro (2008) 'Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – o Caso do Brasil', *Opinião Pública* 14(1): 1-42.

Norris, Pippa (ed) (1999) *Critical Citizens*. New York: Oxford University Press.

Norris, Pippa (1999) 'Institutional Explanations for Political Support' in Pippa Norris (ed), *Critical Citizens*. New York: Oxford University Press.

Przeworski, Adam; Michael E. Alvarez; Jose Antonio Cheibub and Fernando Limongi (2000) *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. New York e Cambridge: Cambridge University Press.

Roberts, Kenneth M. (2003) 'Social Correlates of Party System Demise and Populist Resurgence in Venezuela', *Latin American Politics and Society* 45(3): 35-57.

Roberts, Kenneth M. and Erik Wibbels (1999) 'Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations', *American Political Science Review* 93(3): 575-90.

Sartori, Giovanni (1976) *Parties and Parties Systems: A Framework for Analysis*. New York and Cambridge: Cambridge University Press.

Weyland, Kurt (1999) 'Neoliberal Populism in Latin America and Eastern Europe' *Comparative Politics* 31(4): 379-401.